

# OS BONS COMPANHEIROS

ENCRENCADOS COM DENÚNCIAS E PEDIDOS  
DE IMPEACHMENT E PRISÃO, TEMER,  
AÉCIO E GILMAR MENDES ESTÃO UNIDOS  
PARA SALVAR SEU PROJETO DE PODER

por ANDRÉ BARROCAL

**E**m 1990, o premiado diretor norte-americano Martin Scorsese lançou um dos maiores clássicos do cinema sobre a máfia, *Os Bons Companheiros*, a contar a saga de protagonistas interpretados por Robert De Niro, Ray Liotta e Joe Pesci, um trio cheio de encrencas na Justiça. O Brasil de 2017 tem três enrascados figurões que lembram aqueles *Goodfellas*, todos com broche de presidente. Michel Temer, o da República, Aécio Neves, o de licenciado do PSDB, e Gilmar Mendes, o do Tribunal Superior Eleitoral. Camaradagem, e atrevimento, não tem faltado à patota, unida pelo objetivo de salvar a própria pele, manter o poder de qualquer jeito e emplacar um pacote radical de reformas impopulares, que continua a avançar dentro de um Congresso que faz cara de paisagem em meio ao escândalo JBS-Friboi, para



Janot insiste na proposta de cana imediata para Temer

delírio do empresariado financiador da campanha dos parlamentares.

Temer está prestes a ser denunciado à Justiça como criminoso, entre outras coisas por corrupção no caso JBS, graças ao dinheiro do “homem da mala”, algo jamais visto no País com um presidente em pleno mandato. É quase certo que será com o rótulo de “acusado” que cumprirá visitas oficiais à Rússia (dias 20 e 21) e à Noruega (22 e 23), coincidência capaz de levar seu infortúnio a ser explorado pela mídia global com ainda mais interesse do que já seria de se supor. O presidente, vale lembrar, já é alvo de uma avalanche de pedidos de *impeachment* em razão da delação da Friboi. Será que no giro pelo estrangeiro o presidente terá ainda o dissabor de ver o PSDB, um aliado de primeira hora, pular fora do governo?

Os tucanos andam desnorreados, alas mais jovens, sobretudo deputados, pregam a ruptura com Temer, e a denúncia contra o presidente pelo procurador-geral da

JOSE CRUZ/ABR, RICARDO STUCKERT, GERDA WESLEY, ROVENA ROSA/ABR E MARCOS CORREIA/PR



# Goodfellas II

NOVO ENREDO  
NOVAS PERSONAGENS - NOVA LOCAÇÃO



## REPORTAGEM DE CAPA

República, Rodrigo Janot, pode precipitar alguma decisão. Por ora, o PSDB segue com o Palácio do Planalto, e nos bastidores Aécio tem contribuído para tanto. O mineiro trabalhou com notável afinco com os temeristas em prol da aprovação de leis de anistia ao caixa 2 e de abuso de autoridade. Janot pede sua condenação à prisão por corrupção e obstrução da Justiça e insiste em que vá em cana logo, em caráter preventivo, para não continuar a praticar crimes nas barbas da Operação Lava Jato. O Supremo Tribunal Federal julgará na terça-feira 20 sua prisão preventiva, negada uma semana antes à irmã, Andrea Neves, outra personagem da propina de 2 milhões de reais da JBS ao mineiro.

**N**o julgamento no STF, Aécio não poderá contar com Gilmar Mendes. Seu caso será julgado por uma das

duas turmas de cinco juízes, bem aquela da qual Mendes não faz parte. Uma pena para o tucano. Em telefonema de 26 de abril grampeado pela Polícia Federal, nota-se a intimidade da dupla, com Aécio a tratar Mendes de “você” e a pedir que o juiz falasse com outro senador tucano, Flexa Ribeiro, do Pará, para convencê-lo a votar a favor – é o que se presume pelo contexto e pela data da conversa – da Lei de Abuso de Autoridade. O telefonema é uma das razões para um novo pedido de *impeachment* de Mendes, a acusá-lo de crime de responsabilidade por atividade político-partidária, vedada a juízes. O pedido foi levado ao Senado na quarta-feira 14 por mais de 20 juristas, entre eles Claudio Fonteles, ex-procurador-geral. Em seguida, o grupo pediu a Janot para estudar se

**Geddel recomenda: não cedam às pressões de “uma mídia sensacionalista”**



**Maris avisa a Fachin: a inquirição dos federais não tem “um mínimo de civilidade”**



Mendes cometeu advocacia administrativa, pois ele disse que faria a ligação pedida por Aécio e que já havia falado com outros dois senadores tucanos. Os juristas entraram ainda no STF com uma reclamação disciplinar, por violação da Lei Orgânica da Magistratura e do Código de Ética da Magistratura.

Tudo somado, Mendes pode perder o cargo, algo que ele impediu, com seu voto decisivo no placar de 4 a 3, conforme se deu no TSE com Temer na sexta-feira 9, no julgamento da cassação da chapa PT-PMDB vitoriosa na eleição presidencial de 2014. O voto de desempate de Mendes esteve em flagrante contradição com posições externadas por ele em 2015 sobre o mesmo assunto, quando a ameaçada na Presidência era Dilma Rousseff. Mas não era de se esperar outra posição. Ele cansou de reunir-se com Temer em jatinhos da FAB e no aconchego do

Palácio do Jaburu. E ainda viu um primo, Francisval Dias Mendes, ser indicado pelo presidente para diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Salvo pelo amigo comandante do TSE, Temer prepara-se para enfrentar uma batalha com Janot, devido à denúncia por corrupção e organização criminosa no forno do “xerife”. O caso só irá adiante no STF se dois terços dos deputados permitirem, o que por enquanto não parece incerto. Além de Temer manter o apoio de aliados, a oposição, PT à frente, tem se interessado mais por divertir-se com o rolo do presidente do que se esforçado pela saída dele, na suposição de que as chances de vitória na eleição presidencial de 2018 crescem se o impopularíssimo peemedebista estiver no poder. E que se lasquem

VALTER CAMPANATO/ABR. LUCIANO DA MATTA/AG. A TARDE/FOLHAPRES E CARLOS MOURA/STF



Salvador,  
11 de junho

os brasileiros na iminência de serem atingidos pelas reformas trabalhista, a um passo de ser aprovada no Senado, e da Previdência, que ainda pode ressuscitar.

**A**s “ruas” não têm ajudado até aqui a mudar os humores no Congresso. Os protestos de “Fora Temer” têm sido localizados, caso de um realizado no domingo 10 em Salvador, e sem juntar a multidão que clamou contra Dilma. Um cenário confortável para os parlamentares, que assim se escondem atrás de Temer para combater a Lava Jato e para aprovar reformas radicais defendidas por seus doadores. “Caminhamos para uma situação que não conhecemos, uma deterioração institucional”, diz o senador Randolfe Rodrigues, da Rede do Amapá. “Não sabemos o que vai acontecer se o presidente não escolher o

próximo PGR na lista tríplice de procuradores. Nem o que será termos um País com 14 milhões de desempregados governado por um denunciado.”

O quase “denunciado” sofre um cerco do Ministério Público e da Polícia Federal. Seus mais próximos aliados peemedebistas estão todos na mira. É o caso do “homem da mala” Rodrigo Rocha

**EM VÃO, A PF QUIS  
OUVIR A MÃE  
DE LOURES, EM  
CUJA CASA TERIA  
SIDO GUARDADA  
A MALA DA  
PROPINA DE 500  
MIL REAIS**

Loures, preso preventivamente, sem data para sair, filmado em abril a carregar 500 mil reais em propina. Do chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e do secretário-geral da Presidência, Moreira Franco, alvos de inquéritos. De dois ex-ministros de Temer, Henrique Alves e Geddel Vieira Lima, o primeiro preso em caráter preventivo por ordem de dois juízes, o outro com medo de ir em cana.

Encurralados, Temer e seus companheiros por ora optam por ficar quietos e lançam mão de curiosas estratégias. Geddel calou-se diante dos federais em 8 de junho, chamado a depor por ter sido apontado pelos delatores da JBS-Friboi como o intermediário de Temer anterior a Loures. Quatro dias depois, através de seu advogado Gamil Föppel, disse em documento ao Supremo que a Corte não devia ceder a pressões de “uma mídia sensacionalista”, ávida, segundo ele, por uma



## REPORTAGEM DE CAPA

delação sua. E aproveitava para colocar passaporte e sigilos fiscal e bancário à disposição, prometer gastar dinheiro somente com despesas pessoais e avisar se tivesse despesa acima de 30 mil reais. Promessas com jeitão de quem teme ser encarcerado.

**O** presidente negou-se a responder – por escrito, como tinha direito – as 82 perguntas do interrogatório preparado pela PF e autorizado pelo juiz Edson Fachin, do Supremo. Em documento enviado a Fachin quando findou o prazo para dar alguma resposta, em 9 de junho, o advogado temerista, Antonio Claudio Mariz de Oliveira, chamou a inquirição dos federais de “invasiva, arrogante, desprovida de respeito e do mínimo de civilidade”. Uma tentativa de colocar seu cliente na posição de vítima de perseguidores terríveis.

No mesmo dia, Loures também se calou diante dos federais em Brasília, onde está encarcerado. A polícia quis, sem sucesso, ouvir a mãe dele, Vera Lilia Santos da Rocha Loures, em cuja casa em São Paulo teria sido guardada a “mala” da propina de 500 mil reais. Transferido para um presídio comum, a Papuda, o “maleiro” apelou na terça-feira 13 para voltar à carceragem da PF, e Fachin aceitou.

Ao juiz, o advogado de Loures, Cezar Bittencourt, apontou o perigo de seu cliente morrer em um ambiente propício à ação de um “matador”. O risco seria decorrente da possibilidade de Loures delatar. O defensor citava algo estranho. O perigo não era Loures delatar, mas não fazê-lo. O pai do preso, o milionário Rodrigo Costa da Rocha Loures, dono da Nutrimental, fabricante de barra de cereais, teria recebido um telefonema assustador em 8 de junho. Um conhecido da família dizia que a vida

Cármem Lúcia: não há como questionar a palavra do presidente. Illegítimo



do filho estava ameaçada se não topasse delatar. Bittencourt não deu o nome desse conhecido da família. Fez, porém, ilações sobre interessados na morte de seu cliente por falta de delação: Joesley Batista, o dono da JBS-Friboi que encrencou Temer e o “maleiro”, e até “setores da oposição podem lançar mão de expediente semelhante”. Joesley, registre-se, voltou ao Brasil no domingo 11. Estava na China, segundo sua assessoria, e não em Nova York.

Um temerista que abriu o bico, anticlimaticamente, foi o corrupto condenado Eduardo Cunha. Ele depôs à PF na quarta-feira 13 no inquérito que investiga o presidente e disse que seu silêncio não estava à venda. Naquela conversa gravada

**TEMER PRIMA EM CONFESSADAS CONFUSÕES. EM RELAÇÃO AOS MOTIVOS DO ENCONTRO COM JOESLEY NO JABURU E AO VOO NO JATINHO DA JBS**

secretamente por Joesley em 7 de março no Palácio do Jaburu, o empresário deu a entender a Temer que, para não ser acusado por Cunha, mantinha boas relações com o ex-deputado. Boas relações que, pelo contexto da conversa, se moviam à base de grana.

Acosado, Temer detonou uma guerra suja contra seus algozes Janot, Fachin e Joesley, e tem levado o troco, como mostrou *CartaCapital*. A baixaria teria chegado ao ponto de usar a Agência Brasileira de Inteligência para espionar Fachin? Um assessor presidencial disse à revista *Veja*

que sim. A notícia causou alvoroço e logo morreu, não sem deixar dúvidas. Se de fato houve ação da Abin contra o juiz, seria prática de um “Estado policial e de exceção”, disse Janot. Para a Associação dos Juizes Federais, “constranger magistrados com ataques à honra pessoal, colocando órgãos públicos a esse serviço, é típica de regimes totalitários”. “Não podemos aceitar que o Supremo seja vítima de arapongagem política”, afirmou a Ordem dos Advogados do Brasil. “Gravíssimo crime”, “imoral”, “próprio de ditaduras”, e, se ocorreu mesmo, “as consequências jurídicas, políticas e institucionais terão a intensidade do gravame cometido”, pregou o STF.

**D**epois de negar em nota a bisbilhotagem, Temer gravou um vídeo para a internet na segunda-feira 12, no qual dizia de viva-voz não ter ordenado o uso de órgão do Estado contra ninguém. Cármem Lúcia, a presidente do Supremo que reagira com fúria, deu-se por satisfeita. “O tema está por ora esgotado”, disse, “não há o que questionar quanto à palavra do presidente da República.” Será que a juíza não foi crédula demais, quem sabe por nutrir, como gente próxima dela comenta, certa simpatia pelo presidente?



Cunha a caminho do depoimento na PF: "Meu silêncio não está à venda"

Em entrevista à *Folha de S. Paulo* de 22 de maio, Temer disse ter recebido Joesley Batista no Jaburu por achar que o empresário queria falar sobre a Operação Carne Fraca, aquela que desmontou um esquema de propinagem na fiscalização agropecuária. Errado: a Carne Fraca foi às ruas dez dias depois da conversa com Joesley. O presidente, explicou o Planalto, "se confundiu". Há duas semanas, quando veio à tona o caso do jatinho da JBS usado por Temer para ir com a família à Bahia, em janeiro de 2011, o Planalto de início negou: o presidente só voava de FAB. Confrontado com a informação de que diários de bordo do jatinho listavam a família Temer como passageira, a Presidência se desdisse no dia seguinte e confirmou a carona.

Há mais motivos para não descartar a hipótese de utilização da Abin em espionagem pró-Temer. O órgão está sob a guarda do Gabinete de Segurança Institucional, cujo ministro-chefe, general Sergio Etchegoyen, tornou-se um dos principais conselheiros presidenciais. Desde o estouro do

escândalo Temer-Friboi, em 17 de maio, o general já esteve nove vezes com o presidente no Planalto, quatro delas em reuniões a sós, e duas vezes no Jaburu, no fim de semana de 27 e 28 de maio. Ele levou para o GSI como assessores diretos dois oficiais com larga passagem pelo Centro de Inteligência do Exército. Um deles é o general Joaquim Maia Brandão Júnior, seu conterrâneo gaúcho.

Etchegoyen foi um dos advogados do uso de baionetas contra um protesto em

Brasília em 24 de maio, exemplo de emprego do aparato estatal contra cidadãos. "A nossa filosofia é 'a melhor defesa é o ataque'", diz um oficial de alta patente que já trabalhou com Etchegoyen, convicto de que o chefe do GSI é um dos responsáveis por Temer ter declarado guerra a Janot e Fachin. O decreto que botou o Exército por uma semana para patrulhar Brasília, comenta esse oficial, não preenchia todos os requisitos operacionais. Foi um ato político, decidido previamente, segundo ele. Inclusive, diz, a 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, sediada em Cristalina (GO), a uns 140 quilômetros da capital federal, já estava mobilizada em Brasília antes mesmo dos distúrbios.



Etchegoyen, adepto da filosofia pela qual a melhor defesa é o ataque

**U**m forte motivo para desconfiar do uso da Abin por Temer foi dado por um deputado neofanático do presidente. Um dos vice-líderes do governo, presença constante no gabinete presidencial ultimamente, Carlos Marun, do PMDB de





O PSDB continua governista. Mas há quem não aprove

Mato Grosso do Sul, fez estranhos comentários pelos corredores da Câmara na segunda-feira 12. “O presidente não usou a Abin. Mas, e se tivesse usado, qual o problema?” Segundo ele, a Lei da Abin (a 9.883, de 1999) autorizaria a espionagem descrita por *Veja*. Por que ter à mão o respaldo jurídico de algo que não aconteceu? Diz a lei que, entre as funções da Abin, está “avaliar as ameaças, internas e externas, à ordem constitucional”. “O juiz Fachin é uma ameaça à ordem constitucional?”, quis saber *CartaCapital*. “Poderia ser”, respondeu Marun, “se ele estivesse pressionado por Rodrigo Janot”.

**A** ideia de que o “xerife” está por trás de algum tipo de violação da ordem constitucional tem sido ventilada pelo Planalto em sua guerra suja. Ao empessar o atual ministro da Justiça em 31 de maio, Temer disse, sem citar nomes, que Janot pratica “abuso de

autoridade” e que o País “vive momentos de conflito institucional”, pois não se cumpre a “ordem institucional”.

Desordem mesmo há no tucanato, e de nada adiantou a cúpula reunir-se com governadores e prefeitos no Dia dos Namorados. Sem “ruas” e um candidato pronto para a eleição de 2018, o partido segue governista, onde pode manter relações carnavais com a elite econômica

**MARUN, DO PMDB:  
“O PRESIDENTE  
NÃO USOU A ABIN.  
MAS, E SE TIVESSE  
USADO?” SEGUNDO  
ELE, FACHIN PODE  
SER AMEAÇA À  
ORDEM  
CONSTITUCIONAL**

e midiática, seus aliados tradicionais. Não importa que o custo seja atrelar-se a um governo que virou caso de polícia. “O nosso inimigo é o PT”, dizia o prefeito paulistano João Dória Junior, uma semana antes da reunião da cúpula. Um dia depois da reunião, o senador capixaba Ricardo Ferraço apresentou outro parecer, em outra comissão, a favor da reforma trabalhista. Prova de governismo. Longe dali, na tribuna da Assembleia Legislativa de Minas, o secretário-geral do partido no estado, João Vítor Xavier, esculhambava a cúpula por optar por permanecer ao lado de Temer. “O partido não perde a mania do caciquismo”, disse. “Temer responde a todo o tipo de crime.” À Rádio Jovem Pan, o advogado tucano Miguel Reale Jr. não deixou por menos: “O PSDB se tornou um PMDB”, apenas para salvar Aécio da degola no Conselho de Ética do Senado.

O senador mineiro debochou do STF, ao participar de uma reunião sobre votações

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR